

ESTUDO PRAGMÁTICO: A TEORIA DA RELEVÂNCIA NO PROCESSO COMUNICATIVO

A PRAGMATIC STUDY: THE RELEVANCE THEORY IN THE COMMUNICATIVE PROCESS

Maria de Lurdes Nazário¹

Resumo: Este artigo apresenta e discute a Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1995), um modelo de comunicação e cognição humana, que se propõe a explicar como a informação é mentalmente representada e inferencialmente processada em situações comunicativas intencionais. Tal teoria demonstra ser um modelo capaz de elucidar como o ser humano comunica ideias explícitas e implícitas. Faz-se uma análise de duas tiras a partir desse modelo, demonstrando como se dá o processo de comunicação.

Palavras-chave: Pragmática. Relevância. Tira.

Abstract: This article presents and discusses the Relevance Theory (SPERBER; WILSON, 1995), a human communication and cognition model that proposes to explain how information is mentally represented and inferentially processed in intentional communicative situations. Such theory seems to be a model capable of elucidating how human beings communicate explicit and implicit ideas. An analysis of two comic strips is made from this pragmatic approach, demonstrating how the communication process takes place.

Keywords: Pragmatics. Relevance. Comic Strips.

Introdução

No século XX, alguns estudos linguísticos associados à filosofia conquistaram relevância no meio científico. Nesse contexto, os estudos pragmáticos tiveram muita atenção justamente por provocar importantes mudanças nas pesquisas sobre linguagem.

Neste artigo, essa nova área de investigação, a Pragmática, será mostrada a partir de uma de suas maiores representantes: a Teoria da Relevância. Essa teoria postula como um dos fundamentos principais a importância dos fatores extralinguísticos que auxiliam o processamento de informações em situações comunicativas reais. Para alguns autores, como

¹ Mestre em Letras e Linguística (UFG). Professora da UEG de Itapuranga. E-mail: mlnazario@yahoo.com.br.

Silveira (1997), Silveira e Feltes (2002) e Bordería (2004), a Teoria da Relevância é vista como a mais plausível explicação para o processo comunicativo.

Entende-se que a importância desse tema se mostra pelo caráter explicativo e social da teoria, que possibilita mais compreensão dos mecanismos que regem a comunicação e facilita a interpretação de enunciados linguísticos.

Interpretação Pragmática

Em um ato comunicativo é comum o ser humano “dizer uma coisa para significar outra”², utilizando-se, nesse processo, de elaborações naturais da língua nativa para enunciar uma forma que nem sempre representará exatamente o que está sendo comunicado. A comunicação humana tem em si essa característica aberta, ampla e, principalmente, contextual, fazendo com que os homens interajam de modo diverso e peculiar.

Por muito tempo, estudiosos procuraram compreender como se dá esse processo comunicacional, tecendo modelos teóricos que não conseguiram elucidá-lo com confiabilidade. Para o Modelo de Código, por exemplo, emissor e receptor precisam, para se comunicar, simplesmente de utilizar o mesmo código, compartilhar de um mesmo contexto e eliminar os ruídos do processo. Nesse modelo, os interlocutores têm a missão de codificar e decodificar mensagens, não sendo exigida de cada um nenhuma habilidade comunicativa ou cognitiva adicional (SILVEIRA E FELTES, 2002).

Após mais estudos, conclui-se que o fator social *comunicação* não se restringe a condições formais de processamento, mas, sim, exige dos seus interlocutores condições linguísticas e não-linguísticas, formais e cognitivas para que os enunciados sejam interpretados. Por volta de 1930, surge, então, a Pragmática com os *Atos de Fala* de John Austin (1990)³. Essa disciplina, que estuda o uso da linguagem, tem por objetivo

o estudo dos princípios que regulam o uso da linguagem na comunicação, ou seja, das condições que determinam tanto o emprego de um enunciado concreto por parte de um falante concreto em uma situação comunicativa

² Título de um dos capítulos do livro *Para entender o texto: leitura e redação* de Platão e Fiorin (2003).

³ John Austin foi um filósofo inglês ligado aos trabalhos da Filosofia Analítica do início do século XX. Ele formulou a teoria dos Atos de Fala, revolucionando os estudos sobre o processo comunicativo. Austin acreditava que a linguagem deveria ser vista essencialmente como uma forma de ação e não de representação da realidade, além de postular que o significado de uma sentença era determinado por elementos como contexto, convenções de uso e intenções dos falantes (SOUZA FILHO, 1990, p. 11). A discussão sobre atos de fala é vista como o início dos estudos pragmáticos. Todavia, esse termo foi empregado pela primeira vez pelo norte-americano Charles Morris (RAJAGOPALAN, 1996).

concreta, como sua interpretação por parte do destinatário. (VIDAL, 2002, p. 13-14)⁴.

A Pragmática procura compreender como se dá a comunicação e quais são os princípios que a regulam e dão condições para que falante e ouvinte interajam de forma simples e natural. Isso porque entender o funcionamento do processo comunicativo é fator importante para a compreensão da linguagem e de sua relação com o homem. Tal disciplina é conhecida como a teoria do significado das palavras no contexto, podendo chamá-lo de “significado do falante”, uma vez que se parte da intenção comunicativa do falante para compreender o processo comunicacional e alcançar à interpretação do enunciado. Nessa perspectiva, muitos fatores são relevantes para chegar ao significado extra, como a análise do contexto, falante, ouvinte, intenção comunicativa e conhecimento de mundo. Desses fatores, o contexto corresponde a um dos maiores avanços para a investigação da língua em uso, já que passa a ser considerado fator preponderante para a definição do significado (significado contextual) (REYES, 2000; VIDAL, 2002).

Enfim, à Pragmática cabe o estudo desse significado não-convencional que se configura com a intenção do falante e as circunstâncias em que ele produz o enunciado. A intenção do falante corresponde ao que este quer comunicar ao ouvinte, sua verdadeira intenção comunicativa, extrapolando os sentidos convencionais das palavras e se relacionando com fatores como o contexto para defini-la para o ouvinte. Assim, o significado não-convencional corresponde ao que o falante tem pretensão de comunicar explícita e implicitamente.

Vidal (2002, p. 37), ao discutir sobre “significado e interpretação”, caracteriza o primeiro como uma informação codificada pela expressão linguística do sistema linguístico; e o segundo como uma função entre o significado convencional e a informação pragmática com que conta o destinatário. Essas informações são seus conhecimentos, crenças, hipóteses sobre o falante, entre outras, considerando, assim, todos os elementos que estão envolvidos na linguagem em ação. O significado convencional é campo de estudo da Semântica Formalista e tem como grande problema não conseguir explicar como ocorrem, por exemplo, ambiguidades, pressuposições, ironias, críticas subentendidas; na verdade, tal significado é insuficiente para uma interpretação, não alcançando os sentidos que transbordam em um enunciado. A Semântica é uma ciência que estuda a correspondência entre as orações e o

⁴ Todas as traduções foram feitas pela autora deste texto.

mundo, considerando o valor de sua verdade para que seja aceita e excluindo fatores essenciais para a interpretação, como o contexto.

Já a interpretação é objeto de estudo da Pragmática, disciplina que não trabalha com significados pré-estabelecidos, mas com significados intencionais. Reyes (2000, p. 35) entende que esses significados são “um tipo especial de intenção destinada a ser reconhecida como tal por quem a recebe”, tendo o falante um papel fundamental como condutor do ato comunicativo, procurando fazer com que o ouvinte reconheça a sua intenção. Nessa busca pela interpretação, estão em jogo todos os mecanismos pragmáticos para se chegar ao significado excedente.

Retornando à importância do contexto, verifica-se que o significado em excesso está em íntima relação com a informação contextual, não havendo condições de interpretar um enunciado sem a interferência do mesmo. Em função dessa condição, a noção de contexto é muito discutida pelos estudiosos.

Reyes (2000, p. 19) explica que, em geral, em linguística, o contexto é entendido como o conjunto de conhecimentos e crenças compartilhados pelos interlocutores em um ato comunicativo, os quais são pertinentes para produzir e interpretar os enunciados desse ato. De acordo com Varó (1995, p. 83), pode-se “conceber o contexto como um conjunto de variáveis externas ao enunciado que afetam a organização e a interpretação do comportamento verbal”, sendo essas variáveis (a) o ambiente físico, temporal e local imediato, (b) o ambiente verbal e (c) o mundo cognitivo e sociológico dos participantes da comunicação. Já para Sperber e Wilson (1995, p. 15), em sua Teoria da Relevância,

um contexto é um construto psicológico, um subconjunto de suposições do ouvinte sobre o mundo. São essas suposições, é claro, em vez do atual estado do mundo, que afetam a interpretação de um enunciado. Um contexto nesse sentido não é limitado à informação sobre o ambiente físico imediato ou aos enunciados imediatamente precedentes: expectativas sobre o futuro, hipóteses científicas ou crenças religiosas, [...] suposições da cultura geral, crenças sobre o estado mental do falante, todos podem desempenhar uma função na interpretação.

Essa noção de contexto parte do princípio cognitivo em que se funda a Teoria da Relevância, sendo esse subconjunto de suposições construído no momento em que se recebe uma informação para ser processada. O contexto é visto como uma característica psicológica humana, ativada por um processo inferencial, que faz relações entre as informações armazenadas e as recebidas, gerando suposições que estejam coerentes com a situação comunicativa.

Por fim, a dependência da interpretação pragmática do contexto comunicativo leva os estudos contemporâneos a outro nível de análise linguística sobre a comunicação humana, para um eixo de estudo volátil e funcional, em que as considerações formais e, principalmente, não formais são respeitadas.

A Teoria da Relevância

Dentre os estudos pragmáticos, surge a Teoria da Relevância elaborada por Dan Sperber e Deirdre Wilson (1995), na década de 80. Tal teoria se propõe a explicar como ocorre o processamento de informações. Para esses autores, a comunicação humana se realiza por meio de dois mecanismos: o primeiro é baseado na codificação e decodificação de enunciados, e o segundo, baseado na ostensão por parte do falante e na inferência feita pelo ouvinte.

A *ostensão* é uma atitude que parte do comportamento do falante quando este deixa explícita a intenção de manifestar algo, ou seja, é a atitude de fazer com que o ouvinte perceba sua intenção e chegue a uma interpretação relevante da mesma. A *inferência* é um processo de raciocínio dedutivo, do qual o ouvinte se utiliza para realizar seu trabalho interpretativo, gerando suposições e conclusões que estejam coerentes com a situação comunicativa. Todo esse processo interpretativo é guiado pela busca da *relevância*.

A Teoria da Relevância, então, é um modelo de comunicação e cognição humana que se propõe a explicar como a informação é mentalmente representada e inferencialmente processada em situações comunicativas intencionais da vida real. Essa abordagem se fundamenta em dois princípios básicos: o *lógico* e o *cognitivo*.

O *princípio lógico* baseia-se nos moldes da lógica formal para a construção das hipóteses interpretativas (formulando e confirmando essas hipóteses), quer dizer, a partir de formas lógicas (enunciados) constroem premissas e conclusões à semelhança do modelo formal. Todavia, essas premissas e conclusões não têm caráter de verdade absoluta, muito ao contrário, são possibilidades para uma interpretação plausível, realizada tendo como base um modelo dedutivo de inferências que seguem um cálculo não-trivial (não podem ser provadas, mas deduzidas).

Já o *princípio cognitivo* funda-se nos preceitos da psicologia cognitiva, que vê o processo do raciocínio humano não como uma estrutura, mas o considera algo dinâmico e ligado a fatores como atenção, memória e representação conceitual, o que será fundamental para o processamento de deduções.

Como afirma Silveira (1997, p. 11),

as inferências da comunicação diária são essencialmente dedutivas, seguindo um cálculo não-demonstrativo e não-trivial, apoiadas em um sistema lógico-formal, e ligadas à cognição pela caracterização da Relevância enquanto propriedade de operações mentais subjacentes ao processo comunicativo.

O modelo inferencial foi proposto inicialmente por Paul Grice (citado por VIDAL, 2002), na década de 50. O estudioso formulou o Princípio da Cooperação, com suas quatro categorias e suas máximas: *quantidade*, *qualidade*, *relação (seja relevante)* e *maneira*. Grice fundamenta sua teoria na ideia básica “de que existe um hiato entre a construção linguística do enunciado pelo falante e a sua compreensão pelo ouvinte” (SILVEIRA e FELTES, 2002, p. 23), sendo esse espaço preenchido pelas inferências feitas pelo ouvinte em um trabalho cooperativo entre os interlocutores que seguirem as máximas.

Essa teoria prevê que somente através do processo inferencial é possível explicar como os enunciados podem comunicar o explícito e o implícito. Nesse modelo de comunicação, as inferências são derivadas dedutivamente a partir da existência de um acordo de cooperação entre falante e ouvinte. Esse modelo está ligado às categorias já explicitadas, constituídas por máximas que deveriam ser obedecidas, a fim de possibilitar a comunicação (SILVEIRA e FELTES, 1997, p. 23). Sperber e Wilson (1995) criticam a falta de explicação de como se dão as deduções no modelo de Grice, além de não acreditarem na obrigatoriedade imposta pela teoria na execução das máximas.

Sperber e Wilson (1995), com o modelo ostensivo-inferencial, formulam seu pensamento com base na categoria da *relação*, com a máxima: *seja relevante*. A partir desta, constroem toda a Teoria da Relevância, vendo a *relevância* como uma propriedade psicológica do homem, que faz parte dos processos mentais. A ideia subjacente a essa noção é “a de que os indivíduos prestam atenção apenas aos fenômenos ou às informações que lhes parecem relevantes” (SILVEIRA, 1997, p. 15). Isso significa dizer que o ouvinte, através de sua atenção (propriedade da cognição humana), irá procurar a informação que é mais relevante numa situação comunicativa, a fim de interpretar a intenção do falante.

Nesse sentido, todo ato comunicativo, inclusive os mal-entendidos, os equívocos, o entendimento parcial ou falta de entendimento, é guiado pelo Princípio da Relevância que faz o ouvinte selecionar a interpretação mais consistente com tal princípio. Silveira (1997, p. 113) pontua que, segundo esse princípio pragmático-cognitivo, “todo ato de comunicação ostensiva, ao requisitar a atenção do destinatário, vem com uma garantia de que a informação

a ser comunicada é relevante o suficiente para merecer ser processada”. Daí a importância do falante que, ao fazer sua ostensão manifestada, guia o processo inferencial do ouvinte.

Sperber e Wilson (1995, p. 158) formularam o Princípio da Relevância nos seguintes termos: “Todo ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua relevância ótima”. Essa *presunção de relevância ótima*, apoiada pela teoria da cognição, prevê que antes da atenção do ouvinte está a intenção do falante, o qual comunica algo que considera relevante a ser processado. Para eles, é esse princípio que possibilita, através das inferências, explicar o sucesso da comunicação humana.

Com base na teoria em questão, Silveira e Feltes (2002, p. 53) pontuam que, no ato comunicativo, “o receptor [...] parte do princípio de que o comunicador escolheu o estímulo mais relevante, caso contrário, não empreende qualquer esforço de processamento”. Isso é o que Sperber e Wilson chamam de estímulo mutuamente manifestado. Para eles, são fenômenos que atingem o ambiente cognitivo do indivíduo, fazendo com que elabore suposições a serem processadas, considerando o Princípio da Relevância. A manifestabilidade mútua ocorre, então, quando um fato se torna manifestado à cognição do falante e do ouvinte.

Entende-se, assim, que a escolha de uma interpretação otimamente relevante passa pela consistência das inferências com o Princípio da Relevância, garantindo um entendimento da informação compatível com o enunciado linguístico e o contexto cognitivo. É uma soma do explícito (dito) e implícito (significado do falante).

Conforme os autores, o sistema cognitivo humano está preparado para processar estímulos relevantes a partir de outros. Os estímulos são recebidos pelo *sistema de entrada* (os cinco sentidos) e armazenados no *sistema central* em módulos. Essas informações recebidas são cruzadas com outras já existentes, gerando uma nova informação ou novas suposições – processo guiado pela presunção de relevância do falante. A partir disso, tem-se uma representação conceitual de tal estímulo. Nesse momento, é importante perceber que, para que o *sistema central* execute as funções de processar/combinar e armazenar informações relevantes, as representações conceituais relacionam-se com informações linguísticas e não-linguísticas. Depois de processar e combinar, o *sistema central* deriva novas informações, suposições e as avalia de acordo com seu ambiente cognitivo, procurando estar coerente com o Princípio da Relevância.

O processo de deduções mentais ocorre pelo fato de o *sistema central* possibilitar o acesso a vários tipos de informações armazenadas em módulos, como: informações lógicas (conjunto de regras dedutivas que se aplicam às formas lógicas), enciclopédicas (informações

sobre a extensão ou denotação de conceitos – objetos, eventos e/ou propriedades que a instanciam) e lexicais (representações mentais linguísticas).

Contexto cognitivo

Como já foi inicialmente apresentado, o contexto na Teoria da Relevância é um subconjunto de suposições representadas mentalmente na interpretação de enunciados, que corresponde às crenças humanas e a todo tipo de conhecimento – cultural, religioso, ambiente físico, linguístico, econômico, científico, entre outros. Essa noção psicológica do contexto está relacionada, evidentemente, à influência do gerativismo, pois, ao considerarem que o pensamento é constituído por uma forma de linguagem mental, explanando os processos mentais processados pelo cérebro, Sperber e Wilson (1995) fazem uso dos pressupostos gerativistas para fortalecer o princípio cognitivo.

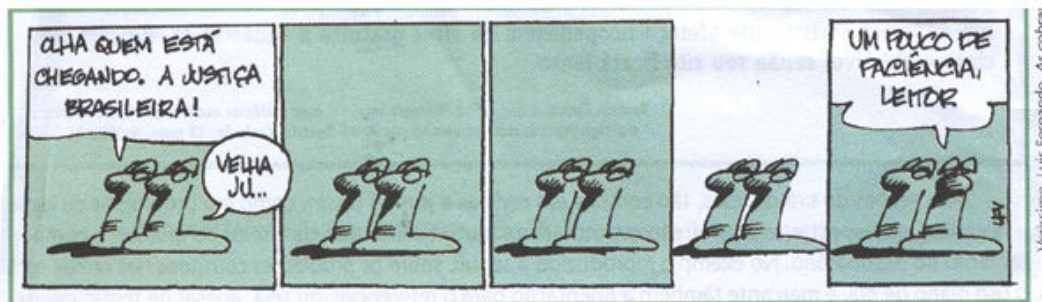
Assim, tal contexto é definido a partir de conceitos psicológicos, já que é considerado um subconjunto mental de suposições que estão armazenadas e estarão presentes no momento em que informações estiverem sendo processadas pelo sistema dedutivo do cérebro. Essa é uma capacidade inata de cada ser humano, em um processo espontâneo e inconsciente. Esse contexto cognitivo não pode ser delimitado, uma vez que está em constante transformação; ele também não é dado, pois é o ouvinte que o determina em cada situação comunicativa em uma tentativa de achar o contexto mais apropriado, acessível ao estímulo recebido pensando que este é relevante. O ouvinte procura dentro do subconjunto de suas suposições a que o levará a uma informação mais relevante (VIDAL, 2002).

Diz-se, então, que o contexto comunicativo é um construto psicológico construído a partir de informações velhas e novas, formulado no ato da comunicação. É uma escolha do ouvinte feita de modo espontâneo e inconsciente, direcionando a sua atenção para inferências que estejam de acordo com a situação comunicativa, não se prendendo à informação linguística, mas partindo dela para chegar a um contexto plausível.

Análise Pragmática

TEXTO 01

Conforme a Teoria da Relevância, a ostensão do falante é fundamental para guiar as possíveis inferências do ouvinte na busca da interpretação.



Nessa tira de Luis F. Veríssimo, essa característica pode ser verificada na atitude do artista em munir-se das linguagens verbal e não-verbal (as lesmas que lembram a ideia de demora, morosidade, os três quadros sem nenhuma fala, reforçando a condição de espera do povo brasileiro por sua justiça) para fazer verdadeiramente uma crítica social. O artista explora todo um conjunto de conhecimentos culturais e político-sociais que evidenciam a sua intenção:

- ↪ No Brasil, a Justiça é conhecida por ser morosa;
- ↪ O povo e os artistas (cartunistas, chargistas etc) brasileiros sempre fazem piadas e críticas sobre essa característica negativa da Justiça brasileira;
- ↪ O atraso da Justiça no Brasil é uma velha conhecida do povo (leitor).

O significado convencional da tirinha de Veríssimo, por exemplo, pouco interessa ao leitor, pois não lhe traz nada além de convencionalidades linguísticas. Se ele não for completado por informações não-linguísticas, jamais fará um leitor assíduo do artista rir do texto. É a partir do conjunto de conhecimentos culturais e político-sociais que o leitor pode ler a tira e entender o que foi comunicado (implícito) e não é evidenciado numa análise puramente linguística, na qual se desconsideram, por exemplo, fatores culturais que envolvem o artista e o leitor como cidadãos brasileiros. O leitor parte da provável intenção do artista auxiliado pelo seu contexto cognitivo para chegar ao entendimento. Assim, é a intenção do artista que guia o leitor para uma interpretação coerente do texto. Ele faz uma *crítica à morosidade da Justiça brasileira*.

TEXTO 2

As tiras são conhecidas pelo papel social tanto de contestação como de entretenimento. Na análise abaixo, entretém-se com o ato comunicativo existente entre Rosinha e Chico Bento (falante e ouvinte).



SOUSA, Mauricio de. *Chico Bento*. Fio de Janeiro, Globo, n. 335, nov. 1999.

Um dos grandes chamativos do personagem Chico Bento é sua característica brejeira, humilde, às vezes, até inocente, colocando-o frequentemente em situações engraçadas justamente por não compreender, como nessa tira, exatamente o que o outro quis comunicar. Chico, ao ouvir o enunciado “Chico! Olha o passarinho!”, não conseguiu perceber a intenção comunicativa de Rosinha, apesar de esta personagem ter tido uma presunção de relevância ótima, ou seja, foi ostensiva o suficiente para que seu interlocutor entendesse o que realmente queria. E o estímulo visual, nesse ponto, foi decisivo para sua ostensão, pois a máquina fotográfica excluiria qualquer mal-entendido referente ao enunciado linguístico.

Contudo, Chico Bento, talvez pela falta de atenção ou falta de conhecimento enciclopédico (sem nenhuma representação mental do que os *inputs* verbal e visual juntos podem significar, não conseguiria perceber a intenção do falante), provoca um grande mal-entendido em sua comunicação (objetivo da tira, em se tratando do ato comunicativo entre texto e leitor). Esses mal-entendidos são frequentes na comunicação e, para explicar por que isso ocorre, não há como não falar na importância da construção do contexto, uma vez que este será decisivo para chegar à interpretação, já que, nesse exemplo, o mal-entendido se dá justamente porque Chico Bento constrói um contexto não plausível com a situação.

Partindo dessa conclusão, considera-se que Chico não foi atencioso o suficiente para conseguir ser otimamente relevante na interpretação. Sendo assim, um dos maiores prejuízos foi justamente o fato de não prestar atenção no *input* visual para chegar ao significado popularmente conhecido de “posicionar-se e olhar para a máquina para tirar foto”. Não tendo feito as relações entre as informações (verbais e não-verbais) manifestadas de forma atenciosa, Chico parte para a escolha da suposição mais coerente somente com o enunciado. A partir do seu subconjunto de suposições, constrói um contexto e infere que Rosinha está se referindo a sua genitália, uma vez que a palavra “passarinho” é também popularmente usada para se referir a essa parte do corpo masculino. Isso significa que o ouvinte não pôde escolher as suposições relevantes porque não foi atencioso.

É evidente que as possibilidades de uso desse enunciado, além do seu significado literal, podem causar situações embaraçosas. Contudo, nesse caso, o *input* visual não deixa dúvida da intenção do falante, fazendo deste um caso típico de falha na comunicação humana, ao qual a Pragmática, com a Teoria da Relevância, dispõe-se a resolver, explicando como funciona todo o processamento da informação, tanto de situações comunicativas que deram certo, como também de mal-entendido, equívoco, entendimento parcial e falta de entendimento.

Considerações finais

A comunicação entre os homens é um assunto muito discutido e investigado pelos cientistas da linguagem, talvez pela necessidade de compreender o que é a própria raça humana, mas o importante é que, sendo um fator social, a comunicação tem a capacidade de transmitir cultura, relacionar os homens, perpetuar conhecimentos. Nesse contexto, a Pragmática surge como disciplina que analisa todos os fatores que a envolvem, propondo um entendimento amplo dos atos comunicativos.

Para que isso se fortaleça, a Teoria da Relevância demonstra ser efetivamente produtiva, possibilitando que as investigações textuais sejam feitas com preceitos teóricos mais explicativos. Essas características fundamentam os objetivos da Linguística Aplicada que busca explicações para as relações entre linguagem e homem. As análises feitas anteriormente, por exemplo, evidenciam que essa relação é social e peculiar, sendo necessários recursos formais, funcionais e cognitivos para demonstrar como pode ser visto o processo comunicativo humano, bem como a interpretação de enunciados.

Assim, o tipo de análise aqui feita ajuda a elucidar o processo comunicativo porque não desconsidera fatores importantes em uma comunicação, como o contexto, além de partir do papel fundamental do falante com sua ostensão e da capacidade do ouvinte de compreender a intencionalidade discursiva do primeiro através do processo inferencial.

Essa posição investigativa assumida pela Pragmática possibilita uma melhor compreensão dos textos porque parte da língua em uso (as tiras), para evidenciar os diversos fatores que estão envolvidos no processo comunicativo, resultando em um trabalho com respostas mais objetivas e plausíveis, que fortalecem os matizes da Linguística Aplicada como disciplina prática, que lida com problemas concretos, individuais e sociais do uso da linguagem (MAY, 2001, p. 143).

Por fim, tais avanços dos trabalhos pragmáticos poderão ser percebidos nos próprios cursos de graduação em Letras, facilitando a formação acadêmica de nossos futuros professores e pesquisadores da língua; possibilitando, também, em outro contexto social, a competência dos estudantes do ensino fundamental e do médio por parte de professores de Língua Portuguesa comprometidos com a importância de um bom estudo textual, criando cidadãos mais preparados para a inserção social.

Referências

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BORDERÍA, S. P. **Conceptos y aplicaciones de la teoría de la relevancia**. Madrid: ARCO/LIBROS, S.L., 2004.

MAY, J. L. Quem o adquire? Letramento e aprendizagem. In.: _____. **As vozes da sociedade: seminários de pragmática**. Campinas: Mercado de letras, 2001, p. 131-159.

RAJAGOPALAN, K. O Austin do qual a linguística não tomou conhecimento e a linguística com a qual Austin sonhou. **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas: IEL-UNICAMP, (30):105-116, jan./jun. 1996.

REYES, G. **El abecé de la pragmática**. Madrid: Arco Libros, S.L., 2000.

SILVEIRA, J. R. C. **Teoria da relevância: uma resposta pragmático-cognitiva à comunicação inferencial humana**. Rio Grande do Sul: PUCRS/BCE, 1997.

SILVEIRA, J. R. C.; FELTES, H. P. M. **Pragmática e cognição**. A textualidade pela relevância. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

SOUZA FILHO, D. M. Apresentação: a filosofia da linguagem de J. L. Austin. In: AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, p. 07-17.

SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance: communication and cognition**. Cambridge/MA: BLACKWELL, 1995.

VARÓ, E. A. La Lingüística y la Metodología Didáctica de las lenguas extranjeras. In.: HOZ, V. G. (Org.). **Tratado de educación personalizada: enseñanza y aprendizaje de las lenguas modernas**. Madrid: Ediciones RIALP, 1995, p. 19-107.

VIDAL, M. V. E. **Introducción a la pragmática**. Barcelona: Ariel Linguística, 2002.

Texto recebido em 29/04/11.

Aprovado em 02/08/11.